



## **LIMITES DA IMUNIDADE PROFISSIONAL DO ADVOGADO: MANIFESTAÇÕES EM REDES SOCIAIS E RESPONSABILIZAÇÃO**

### **Autor(res)**

Laura Borges Ricardo  
Maria Eduarda Brandão Russo  
Osmir Souza Da Silva  
Renata Alves Vieira  
Gabriel Rios  
Karoline Aparecida Assis Santos

### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA

### **Introdução**

A imunidade profissional do advogado, prevista no artigo 133 da Constituição Federal, assegura inviolabilidade por seus atos e manifestações no exercício da profissão. Essa garantia é essencial para assegurar a independência da advocacia e a defesa plena dos direitos dos cidadãos. Entretanto, essa prerrogativa não possui caráter absoluto, especialmente diante da crescente utilização das redes sociais como espaço de manifestação pública. O ambiente digital tem se tornado palco de críticas, opiniões e debates jurídicos, mas também de excessos que podem ultrapassar os limites da ética profissional e das normas legais. Quando a manifestação de um advogado atinge a honra, a dignidade ou a reputação de terceiros, abre-se espaço para responsabilização civil ou penal, mesmo que a imunidade seja invocada. Decisões recentes de tribunais brasileiros têm reforçado esse entendimento, delimitando o alcance da prerrogativa e demonstrando que o uso indevido das redes sociais pode comprometer não apenas a imagem pessoal do profissional, mas também a credibilidade da advocacia como um todo. Assim, compreender os limites da imunidade profissional diante das manifestações públicas é fundamental para orientar o exercício ético e responsável da profissão no cenário contemporâneo.

### **Objetivo**

Analisar os limites da imunidade profissional do advogado em manifestações nas redes sociais, demonstrando que excessos não estão protegidos pela prerrogativa e podem gerar responsabilização civil ou penal, além de indicar a importância da moderação ética no ambiente digital.

### **Material e Métodos**

A metodologia utilizada neste trabalho consistiu em pesquisa documental e jurisprudencial. Foram analisadas decisões judiciais e notícias jurídicas que tratam da imunidade profissional do advogado e seus limites em manifestações públicas. Entre os materiais selecionados, destacam-se duas referências centrais: a decisão do Superior Tribunal de Justiça, publicada em maio de 2022, que estabeleceu que excessos não estão cobertos pela



imunidade profissional e podem gerar responsabilização, e o caso julgado em 2014 pelo Juizado Especial Cível de Limeira, em que um advogado foi condenado a indenizar um promotor por ofensas proferidas em publicações no Facebook. Além disso, foram consultadas as normas previstas no Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/94), no Código de Ética e Disciplina da OAB e em doutrinas jurídicas que tratam do tema. Essa abordagem possibilitou identificar tanto os fundamentos normativos quanto os critérios adotados pelos tribunais para delimitar os contornos da imunidade profissional no contexto digital.

## Resultados e Discussão

A análise das decisões demonstra que a imunidade profissional do advogado deve ser compreendida como uma proteção vinculada ao exercício regular da advocacia, e não como uma autorização irrestrita para manifestações ofensivas. O Superior Tribunal de Justiça, em decisão de 2022 em Recurso Especial (REsp) 1.731.439-DF, ressaltou que os excessos cometidos por advogados não são abrangidos pela imunidade, sendo possível sua responsabilização civil caso causem danos à honra ou à imagem de terceiros. A Corte reforçou que a prerrogativa existe para garantir liberdade técnica e independência funcional, mas não pode ser utilizada como escudo para práticas abusivas. No caso de 2014, ocorrido em Limeira, no número de processo: 0004366-44.2013.8.26.0320 o magistrado destacou que publicações em redes sociais com conteúdo injurioso extrapolam o exercício profissional legítimo, motivo pelo qual o advogado foi condenado a indenizar o promotor ofendido. Esses entendimentos convergem com o Código de Ética e Disciplina da OAB, que impõe aos advogados o dever de atuar com sobriedade, discrição e moderação, resguardando a dignidade da profissão e o respeito aos demais cidadãos.

O debate também envolve o impacto das redes sociais na atuação profissional. O ambiente digital, marcado por ampla visibilidade e pelo incentivo a discursos polêmicos, potencializa riscos de violações éticas. A busca por engajamento, muitas vezes, leva advogados a ultrapassarem os limites do respeito e da sobriedade, tornando ainda mais relevante a aplicação dos parâmetros estabelecidos pela jurisprudência e pela OAB. A partir desses elementos, evidencia-se que a imunidade profissional não pode ser confundida com licença para a prática de ofensas, especialmente em espaços públicos como as redes sociais, em que a repercussão das manifestações é ampla e imediata.

## Conclusão

A imunidade profissional do advogado é essencial para o exercício da advocacia, mas não é ilimitada. Manifestações ofensivas em redes sociais não estão protegidas pela prerrogativa e podem gerar responsabilização. A jurisprudência reforça a necessidade de moderação, respeito e ética, preservando a dignidade da profissão e a credibilidade da justiça.

## Referências

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Excessos do advogado não são cobertos pela imunidade profissional e podem gerar responsabilização. 13 maio 2022. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/13052022-Excessos-do-advogado-nao-sao-cobertos-pela-imunidade-profissional-e-podem-gerar-responsabilizacao.aspx>. Acesso em: 14 set. 2025.

ROVER, Tadeu. Advogado não tem imunidade profissional ao se manifestar em redes sociais. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-abr-16/advogado-nao-imunidade-profissional-manifestar-redes-sociais/>. Acesso em: 21 set. 2025.



## 28º Encontro de Atividades Científicas

03 a 07 de novembro de 2025

Evento Online

BRASIL. Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Diário Oficial da União, Brasília, 5 jul. 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8906.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8906.htm). Acesso em: 14 set. 2025.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. CONSELHO FEDERAL. Código de Ética e Disciplina da OAB. Resolução nº 02, de 2015. Brasília, DF: OAB, 2015. Disponível em: <https://www.oab.org.br/leisnormas/legislacao/codigodeetica>. Acesso em: 14 set. 2025.

Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/arquivos/2014/4/art20140423-12.pdf> . Acesso em: 21 set. 2025.

DIAS SANTOS, Anderson S. Excessos do advogado não são cobertos pela imunidade profissional e podem gerar responsabilização. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/excessos-do-advogado-nao-sao-cobertos-pela-imunidade-profissional-e-podem-gerar-responsabilizacao/1500390224> . Acesso em: 21 set. 2025